

O CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

CONSERVATISM IN SOCIAL SERVICE

EL CONSERVADURISMO EN EL TRABAJO SOCIAL

Celma Henrique Aparecida dos Santos¹
Maria Paula Gomes de Souza²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo abordar o conservadorismo e suas vertentes no Brasil, evidenciar a influência das ideias conservadoras na conjuntura brasileira e exemplificar e analisar conceitos de pensadores identificados com essa corrente. Deste modo, busca-se explicar as influências trazidas para o Serviço Social, demarcar — no decorrer histórico da profissão — as conquistas produzidas pelos códigos de ética e evidenciar os fenômenos culturais e econômicos dos diferentes momentos históricos. Após pesquisas e análises necessárias para a elaboração deste artigo, se evidencia que a visão conservadora esteve presente tanto na formação, quanto nos diferentes códigos de ética do Serviço Social, os quais norteiam o exercício da profissão. Essa visão é reproduzida, ainda na contemporaneidade, por assistentes sociais de orientação conservadora. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que teve como fonte livros e artigos científicos.

Palavras-chave: Conservadorismo. Projeto ético-político. Serviço Social.

Abstract

This article aims to address conservatism and its aspects in Brazil, highlight the influence of conservative ideas in the Brazilian context and exemplify and analyze concepts of thinkers identified with this current. Thus, it seeks to explain the influences brought to Social Work, to demarcate — in the historical course of the profession — the achievements produced by codes of ethics and to highlight the cultural and economic phenomena of different historical moments. After research and analysis necessary for the preparation of this article, it is evident that the conservative view was present both in training and in the different codes of ethics in Social Work, which guide the exercise of the profession. This view is reproduced, still in contemporary times, by conservative social workers. The methodology used was bibliographic research, which was based on books and scientific articles.

Keywords: Conservatism. Ethical-political project. Social Services.

Resumen

Este artículo tiene el objetivo de tratar el conservadurismo y sus vertientes en el Brasil, evidenciar la influencia de las ideas conservadoras en la coyuntura brasileña y presentar ejemplos y analizar posturas de pensadores identificados con esa corriente. Así, se pretende explicar las influencias recibidas por el Trabajo Social, resaltar — en el recorrido histórico de la profesión — las conquistas aportadas por los códigos de ética y discurrir sobre los fenómenos culturales y económicos de los diferentes momentos históricos. Una vez realizada la investigación y el análisis requeridos para la elaboración de ese artículo, queda evidente que la visión conservadora estuvo presente tanto en la formación, como en los diferentes códigos de ética del Trabajo Social, los cuales sirven de norte para el ejercicio de la profesión. Esa visión es reproducida, aun en la actualidad, por trabajadores sociales de orientación conservadora. La metodología utilizada fue la revisión bibliográfica, que tuvo como fuentes libros y artículos científicos.

Palabras-clave: Conservadurismo. Proyecto ético-político. Trabajo Social.

¹ Graduanda de Serviço Social, Uninter. E-mail: celma.henrique@hotmail.com.

² Graduanda de Serviço Social, Uninter. E-mail: mariapaula_gs@hotmail.com.

1 Introdução

O conservadorismo vem ocupando uma pauta na política brasileira nos últimos anos e esse tema tem tido espaço crescente, pelo significado social que o pensamento e as práticas conservadoras representam.

Em um país de inserção periférica, dependente e heterônoma no circuito da divisão internacional do trabalho, como o Brasil, as ideologias conservadoras em geral, e o conservadorismo em particular, tendem a ressoar e a repercutir com intensidade sobre a cultura, a economia e a política (SOUZA, 2016, p.360).

No meio político, o conservadorismo é associado às posições e decisões antagônicas ao desenvolvimento das pautas da esquerda, como se observa no texto de Souza (2016), que conceitua como conservador/a uma pessoa ou um grupo político que se negue a aceitar os avanços como a luta pela universalização dos direitos e as demandas pela radicalização da democracia ou quando defendem o combate ao avanço dos direitos humanos.

Relativo ao liberalismo e conservadorismo, Souza (2016, p. 365) disserta que o pensamento liberal, na maioria das vezes, se apropria do conservadorismo, “Liberalismo e conservadorismo são tomados, corriqueiramente, como sinônimos”.

Assim como o liberalismo, o conservadorismo tem um surgimento histórico e propostas políticas próprias; da mesma forma que o pensamento liberal é instalado, o conservadorismo nasce e se desenvolve de acordo com os aspectos e formações sociais em que emerge.

Com origem na Europa, mais precisamente na Inglaterra do século XVIII, esse pensamento, segundo Souza (2016), influenciou pensadores, políticos e sociedades em Alemanha, França, Estados Unidos e países de América Latina.

Entende-se que o conservadorismo não está composto por ideias políticas definidas, pois os valores conservadores se adaptam à época e local no qual se inserem.

Embora o conservadorismo tenha seus princípios pautados na religiosidade, o modo pelo qual se observam as relações pessoais é derivado das ideias tradicionais de seus pensadores.

Este artigo tem como objetivo mostrar a influência do pensamento conservador na prática profissional do assistente social; nesse tema, busca-se apresentar pensadores brasileiros, representantes do pensamento conservador. A metodologia do presente artigo é baseada em pesquisas bibliográficas tendo como fontes artigos científicos e livros.

2 Influências conservadoras no Brasil

Na atualidade, um dos mais comentados e polêmicos representantes do pensamento conservador no Brasil é Olavo de Carvalho; nascido em Campinas (SP), atualmente reside nos Estados Unidos. Olavo de Carvalho apresenta-se como intelectual; é venerado por muitos, segundo Coletta (2018), como: “a mente que se rebelou contra um suposto monopólio do pensamento de esquerda na imprensa e na academia brasileira”. Tornou-se um fenômeno digital devido principalmente à sua evidente participação em mídias sociais ao longo dos últimos anos.

A respeito de suas declarações e pensamento, Coletta (2018) relata que Olavo de Carvalho apresenta o ex-presidente Lula como "líder supremo do comunismo latino-americano", classifica o fascismo de "variante dos movimentos socialistas" e reproduz a ideia de que "ideologia de gênero, *abortismo* e *gayzismo*" são parte de uma "revolução cultural" coordenada por esquerdistas.

A força de Olavo de Carvalho, conforme Coletta (2018, p.07), no movimento conservador brasileiro pode ser entendida a partir do fenômeno das redes sociais; o autor diz que o filósofo brasileiro soube se capitalizar com base no novo formato de se comunicar: “fácil, rápido, polêmico e combativo”. Coletta explica que uma das principais marcas do pensamento de Olavo de Carvalho é o “marxismo cultural”, uma teoria conspiratória difundida em diversos círculos de extrema direita ao redor do mundo. Essa teoria apropria-se de textos do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci para atacar uma suposta infiltração do pensamento comunista em diversas instituições culturais como escolas, universidades e a imprensa, a fim de destruir valores civilizatórios. As teorias de Olavo de Carvalho podem ter pouco ou nenhum valor científico, mas o seu discurso toma força no cenário conservador brasileiro.

Olavo de Carvalho trata de adaptar essa teoria ao contexto brasileiro; diz que essa ação coordenada de avanço da esquerda sobre as instituições brasileiras ocorreu a partir do golpe militar de 1964.

Na estratégia de Gramsci a maior parte da militância envolvida não saía pregando ideias comunistas. Ao contrário, ela atacava pontos específicos que representavam pilares da civilização, como a própria ideia de família, moral sexual e as bases do direito penal e civil (COLETTA, 2018, p. 10).

Outro importante representante do pensamento conservador, Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé, assim como Olavo de Carvalho, apropria-se do pensamento conservador. O escritor e filósofo recifense é doutor em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e com pós-doutorado pela Universidade de Tel Aviv, em Israel. Suas principais obras são: Guia politicamente incorreto da Filosofia (2012), Marketing existencial (2017), A era do ressentimento (2014).

A ideia e a filosofia de Pondé baseiam-se na valorização das tradições religiosas ocidentais e no combate ao pensamento politicamente correto nos meios universitários e carrega fortes influências do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, do niilismo³ e do existencialismo. Pondé tem algumas concepções sobre a sociedade e mecanismos de igualdade social, como por exemplo seu entendimento sobre justiça social; para ele a justiça social é uma falsa ideia que a “oligarquia” da esquerda introduz na cabeça de seus eleitores; compara-a com a hipocrisia de alguns religiosos com a salvação divina, que resulta em roubo das almas dos fiéis, com a diferença de que na justiça social o que se roubam são as pessoas (PONDÉ, 2010).

Relativo ao entendimento de Pondé sobre a justiça social e divina temos que:

Ambas abstratas e inefáveis, por isso mesmo excelentes ferramentas para aproveitadores e mentirosos, as justiças divina e social seriam armas poderosas de retórica autoritária e mau-caráter. [...] à oligarquia de esquerda que se apoderou da máquina do governo brasileiro manipulando uma linguagem de "justiça social": controle da mídia, das escolas, dos direitos autorais, das opiniões, da distribuição de vagas nas universidades, tudo em nome da "justiça social". Ataca-se assim, o coração da vida inteligente: o pensamento e suas formas materiais de produção e distribuição (PONDÉ, 2010, p .10).

Entretanto, essa é uma visão conservadora sobre sociedade, justiça social e políticas sociais. Para Faleiros (2000), as políticas sociais não são boas ou más, mas sim contraditórias, pois ao mesmo tempo que podem valorizar o capital, valorizam também a força de trabalho; tais políticas devem ser vistas de maneira a superar a visão mecanicista e dicotômica:

As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologetas da esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação e de pura escamoteação da realidade da exploração da classe operária (FALEIROS, 2000, p. 59-60).

Essa onda conservadora em que o Brasil está submergido, principalmente após a eleição do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, tomou voz e fez com que o preconceito fosse respaldado no discurso do atual presidente, que discrimina minorias sociais em nome da família tradicional brasileira e dos bons costumes.

Entanto, essas bandeiras já foram muito citadas e defendidas por Enéias Ferreiro de Carneiro na década de 1990; candidato à presidência da República, o médico e político natural do Estado do Acre, era um estudioso. Uma de suas principais obras foi o Eletrocardiograma

³ É uma corrente filosófica que acredita no vazio, o conceito está pautado na subjetividade do ser, onde não existe nenhuma fundamentação metafísica para a existência humana.

(1977), que se tornou referência entre os profissionais da área de medicina. Considerava-se um conservador clássico. Enéas teve sua estreia na política no ano de 1989, quando fundou o Partido de Retificação da Ordem Nacional, candidatando-se à presidência da República. Após sua derrota, ainda tentou candidatar-se outras duas vezes para o mesmo cargo, mas sem sucesso. Enfim, tornou-se deputado federal de São Paulo em 2002, recebendo votação recorde: mais de 1,57 milhão de votos, a maior votação já registrada no país (PRONA, 2015).

O posicionamento de Enéas era contra a descriminalização do aborto e a legalização de drogas; o médico chegou a ser ridicularizado pelo modo excêntrico de apresentar-se, ao ponto de anular suas falas intelectuais e seu passado acadêmico, pois o seu bordão, “meu nome é Eneias”, se sobrepunha.

Diante das influências de pensadores conservadores citados anteriormente, busca-se entender como o conservadorismo afeta o projeto ético-político do Serviço Social.

3 Códigos de ética do Serviço Social

Segundo Silva (2015), o Serviço Social na contemporaneidade tem um caráter de prática homogênea, crítica, entretanto, como abordado anteriormente neste artigo, o Brasil traz consigo resquícios do conservadorismo estrutural, isto é, o moralismo imposto na família “tradicional”, nos costumes e nas profissões.

O Serviço Social sofreu várias mudanças —ideológicas, metodológicas e práticas—; essas alterações podem ser exemplificadas nos Códigos de Ética da profissão que não determinam apenas normas e deveres profissionais, mas também apontam os valores que legitimam a profissão e identificam os projetos societários defendidos em diferentes momentos da história brasileira

O Serviço Social tem uma trajetória de mudanças, assim como os códigos de ética e ambos foram conduzidos a partir de uma construção coletiva e que possuem uma determinada direção social que envolve princípios, valores e compromissos que estão em constante movimento (SILVA, 2015, p. 01).

Na década de 1930 há uma demanda emergencial do Serviço Social, decorrida do processo de industrialização do país, quando surgiram importantes mudanças sociais, com a consequente geração de desigualdades, produzidas pelas contradições e antagonismos entre os interesses das classes sociais, em uma realidade de fortalecimento do modo de produção capitalista (SILVA, 2015).

É nesse antagonismo na riqueza social produzida —na qual uma pequena porcentagem se beneficia por meio da exploração da classe trabalhadora, da violência em geral, da miséria, fome, problemas políticos, econômicos e sociais— que a Questão Social surge, essa “questão social” que, para Yamamoto (2012, p. 27), é “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”; e essas questões interferiram na sociedade como um todo.

Dessa maneira, o Estado como forma de intervenção buscou uma maneira de comedir os excessos do capitalismo e as sequelas produzidas:

O Estado, representado pela classe burguesa, buscou medidas sociais que pudessem conter os exageros do capitalismo. Com apoio do projeto conservador da Igreja Católica, o Estado procurou conter as mudanças trazidas pela industrialização a partir de uma proposta de humanização, com estratégia de intervenção o processo de recristianiza que interferiu fortemente na vida cotidiana da classe trabalhadora (SILVA, 2015, p. 02).

O Serviço Social surge dessa maneira, na aliança entre Estado e Igreja, com o objetivo de amenizar as contradições entre a classe dominante e a classe trabalhadora, recebendo fortes influências do projeto conservador cristão. Tal projeto compreendia a questão social como desordem social; que a culpa pelos problemas sociais era do indivíduo, que o Estado estava isento de quaisquer responsabilidades e que essa desordem deveria ser enfrentada a partir de uma educação moral (SILVA, 2015).

A atuação profissional se fundava em pressupostos teóricos do positivismo e do neotomismo. A respeito da atuação do assistente social, Silva (2015, p.17) discorre que essa visão teórico-política defendia valores e princípios, “visando manter socialmente a defesa da família, a conservação do papel da mulher na sociedade, a tradição, a ordem, a hierarquia e a propriedade privada”. As intervenções profissionais desenvolvidas eram vistas como princípios cristãos de cunho moralizador.

Os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 (que são os primeiros), demarcam um período histórico e evidenciam o primeiro momento de defesa do projeto societário, conservador e tradicional.

Esses códigos relacionavam os problemas sociais com a moralidade dos indivíduos e “tinham uma perspectiva de neutralidade em relação ao Estado e as autoridades a qual não se questionava, além de uma visão a-histórica, metafísica e idealista sobre o homem” (SILVA, 2015, p. 15).

O Código de Ética de 1947 se inspirava, segundo Silva (2015), nos valores morais e na caridade cristã; baseava-se na concepção neotomista, segundo a qual a liberdade do indivíduo

se expressava a partir da escolha do bem supremo, conforme as leis de Deus. Nesse caso, os indivíduos deveriam ser educados para fazer escolhas de acordo com os valores cristãos.

Nos Códigos de Ética de 1965 e 1975, “permanecem os resquícios do tradicionalismo profissional”, como expõe Barroco (2008, p. 121).

A ditadura militar no Brasil contribuiu para o fortalecimento do conservadorismo e seus valores. O princípio da liberdade seguiu a mesma perspectiva do Código de Ética de 1947, permanecendo com os mesmos valores cristãos: manter a estrutura societária capitalista e a ordem, com princípios individualistas, correção dos desajustes sociais e negação das lutas de classe.

O terceiro Código de Ética, de 1975, conta com uma mudança em relação ao Código de Ética de 1965, simbolizada pela reatualização do conservadorismo que, de acordo com a leitura de Netto (2018, p. 156), faz parte do movimento de reconceituação do Serviço Social; a partir desse movimento surge uma nova visão acerca da prática profissional.

Essa reatualização do conservadorismo é a “renovação e fortalecimento da doutrina social da Igreja na ação profissional dos assistentes sociais”.

Entretanto, as décadas de 1980 e 1990 apresentaram modificações sociais, políticas e econômicas importantes no Brasil, como o fim da ditadura militar e a redemocratização, que tiveram uma influência direta na profissão e conseqüentemente na proposta do Código de Ética.

Dessa maneira, o Código de Ética de 1986 afirmou a liberdade, a suposta superação do tradicionalismo, certa negação da perspectiva ética conservadora, e foi construído, segundo Silva (2015), de forma coletiva.

O documento foi construído de forma coletiva pela categoria profissional por meio de sua entidade representativa — que nesse período tinha por nomenclatura de Conselho Federal e Regional de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS) — e se colocou como parte de um projeto profissional que se articula com um projeto de sociedade (SILVA, 2015, p. 18).

O contexto histórico no qual se articulava o Código de 1986 se apoiava na revisão dos valores profissionais, criticava o conservadorismo e buscava um espaço para a redemocratização. Outro momento a ser destacado nesse período é a reflexão sobre o novo projeto profissional, com maturidade teórica e política, e a busca por conhecimentos de outras áreas, que favoreceu o desenvolvimento de pesquisas inspiradas na ideologia marxista; com isso, demarcou-se o compromisso com a classe trabalhadora, conforme informam Barroco e Terra (2012):

No geral o CE/86 apresenta uma ação profissional com caráter político de uma intervenção ética, pelo compromisso com a classe trabalhadora, com a realização dos direitos e a mediação para o atendimento das necessidades sociais. O contexto histórico do final dessa década foi favorável para o avanço na história do Serviço Social, pois o Código de Ética estava em meio à reorganização política da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e da própria categoria profissional (BARROCO; TERRA, 2012).

Entretanto, Barroco e Terra (2012) discorrem que, apesar do Código de Ética de 1986 ter tido a intenção de romper com o conservadorismo e desenvolver os pressupostos teóricos marxistas, houve uma lacuna no seu desenvolvimento, e não foi suficiente para as demandas, precisando de uma reformulação.

Em 1993 foi elaborado o Código de Ética do Serviço social, no qual torna-se evidente a importância da análise crítica, levando em conta a dimensão ética e política e afirmando os valores emancipatórios, desde a perspectiva marxista.

Vários fenômenos sociais e políticos influenciaram a construção do Código de Ética de 1993, como a nova Constituição Federal de 1988, que demarcou a democratização do Brasil e a criação de leis que deram suporte a vários segmentos sociais, como a Lei Orgânica da Saúde (1990), a Lei Orgânica da Assistência Social (1993), o Estatuto da Criança e do Adolescente(1990).

O Código de Ética de 1993 (CE/93), vigente até os dias atuais, marca de fato o segundo momento da trajetória do projeto profissional do Serviço Social, em uma perspectiva teórico-crítica sobre a sociedade de classes.

É organizado por meio de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos, e parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional (BARROCO; TERRA, 2012).

O código dá subsídios para a construção do novo projeto ético-político da profissão, que nega a exploração do homem pelo homem posto pelo sistema capitalista; passa a afirmar o compromisso com a classe trabalhadora, tendo em vista a construção de outra sociabilidade, ou seja, uma nova ordem social.

Esse novo olhar crítico da profissão tem por pressuposto teórico-metodológico a teoria social de Marx, que objetiva justamente uma leitura crítica da sociedade capitalista, observa que a realidade dos indivíduos é histórica, e que estão em meio de processos econômicos, políticos, sociais e culturais, onde a estrutura social, segundo França (2013), é complexa e marcada por antagonismos de interesses entre a burguesia e o proletariado que, na sociedade capitalista, se expressam pela luta das classes sociais.

O Código de Ética de 1993, segundo o CFESS (2011), indica princípios fundamentais a serem apreendidos pelos profissionais e destaca como fundamentais: o reconhecimento da liberdade, a defesa aos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, o favorecimento da equidade e justiça social, a eliminação de todos os tipos de preconceitos, a garantia do pluralismo, a opção por um projeto profissional que trabalhe pela construção de outra forma de sociedade (sem exploração). Também estimula a articulação com movimentos sociais, compromisso com a qualidade de serviços e a negação da discriminação (de classes sociais, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física e mental).

O Código de Ética imprimiu e reflete a função social e o papel dos assistentes sociais na sociedade, nas lutas percorridas durante toda a trajetória histórica do Serviço Social. Ele representa o posicionamento ético-político de toda uma categoria profissional diante da sociedade brasileira e deixa claro que o trabalho dos assistentes social é voltado à defesa dos direitos da classe trabalhadora, defesa dos direitos humanos, da democracia, da liberdade, da cidadania, da justiça social e a eliminação das formas de preconceito e a garantia do pluralismo (SILVA, 2015).

Apesar dos avanços dos Códigos de Ética ao longo da organização da profissão, o conservadorismo ainda permanece e é reproduzido no exercício profissional.

4 O conservadorismo na prática profissional do Serviço Social

O conservadorismo ainda exerce uma forte influência tanto na formação, quanto na rotina de trabalho do profissional do Serviço Social, devendo ser entendido, para Netto (2009, p. 05), “não como um lamento pessimista, mas como necessária análise crítica, realista, objetiva, com perspectiva de totalidade, única capaz de nos permitir destruir a pseudoconcreticidade do real”, a fim de conduzir à construção de lutas coletivas para enfrentar o conservadorismo, com otimismo e ao mesmo tempo com indignação.

Essa análise faz-se necessária para identificar avanços ardilosos do conservadorismo, tanto no Brasil como no mundo, buscando apresentar uma análise crítica que sirva de base para a indignação e como estímulo para a construção de formas coletivas e individuais de resistência (BOSCHETTI, 2015).

De acordo com Boschetti (2015), o conservadorismo é um tema bastante recorrente no campo do Serviço Social, e nunca deixou de permear sua existência, tanto na formação, quanto

no trabalho profissional; essa identidade conservadora na profissão pode ser percebida de forma explícita e implícita.

A autora explica que o conservadorismo não é uma característica nova e atual, capaz de promover o distanciamento de uma base conservadora de assistentes sociais:

Portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor (BOSCHETTI, 2015, p. 637).

O conservadorismo ocupa-se em colocar a profissão como subordinada, a serviço da reprodução do capital. O Projeto Ético- Político em sua orientação teórica, política, ética, legal e profissional, estabelece um processo dinâmico e ativo, para expressar a luta contra o conservadorismo; nesse processo, sempre conviveu a dialética da convivência com o pensamento conservador (BOSCHETTI, 2015).

A autora explica que reflexões como esta demonstram que não tratamos o avanço ou a reatualização do conservadorismo como algo eterno ou fora do processo cotidiano, da formação e do trabalho profissional, atestando de forma clara que o conservadorismo nunca deixou de estar presente no Serviço Social. Na contemporaneidade, o conservadorismo vem se reatualizando e se fortalecendo, segundo Boschetti (2015), devido a ideologias societárias, sem as quais seria praticamente impossível compreender o avanço do conservadorismo. Esse processo pode-se observar em determinadas áreas, como no campo da economia, no campo social, e no campo ideocultural.

No campo da economia, Boschetti (2015) declara o retorno de valores, políticas e medidas conservadoras, devido à crise do capital. Também denuncia a redução participativa do Estado no ajuntamento das relações econômicas, bem como o uso de fundo público para salvar o capital industrial e bancário e, nos momentos de crise, a mercantilização de serviços públicos, como luz, água, gás, telefonia.

Ações como essas, estão sob o manto neoliberal, desde a década de 1970, incentivando a competitividade, o individualismo, bem como valores liberais conservadores, além de revelar a incapacidade em que o capitalismo se encontra para viver sem crises, sem aguçar as desigualdades, violências e barbáries sociais.

Já no campo social, Boschetti (2015, p. 642) nos mostra que a destruição do “Estado social” capitalista nos países capitalistas da Europa —países que defendiam amplos direitos—

levou a uma considerável precarização do trabalho, aguçou as desigualdades sociais, intensificando a pobreza e promovendo a perda de conquistas sociais, públicas, historicamente conhecidas como trabalho, educação, saúde, aposentadoria, moradia, transporte. Com isso se demonstra um grande equívoco na visão capitalista, pois “se o capitalismo precisa destruir os direitos para sobreviver, também não consegue viver sem o fundo público que o sustenta”.

Em relação ao campo Ideocultural, Boschetti (2015) ressalta que muitos dos casos de discriminação e diversas formas de opressão são resultantes do considerável avanço do fundamentalismo religioso e a intolerância, que se manifesta cada vez mais violenta. Em contrapartida, tais atitudes servem como estímulo para novas formas de manifestações, organizações e defesas de direitos de grupos sociais, historicamente explorados e oprimidos; na sua grande maioria, essas opressões afetam diretamente as mulheres, os jovens, a população afrodescendente e a população LGBT.

A autora declara que esses processos são determinações fundamentais para o avanço do conservadorismo, além de desvelar as suas contradições internas, e nos exige uma compreensão com requisito para a construção de uma intervenção no campo da formação do trabalho e política.

A respeito do conservadorismo, Netto (2009, p. 161) identifica traços na formação profissional; mostra-nos que o pensamento conservador foi teoricamente desconsiderado, em virtude da hegemonia do pensamento crítico de viés marxiano. Retornando agora com força total, modificada, atravessando novas dimensões do fazer profissional, “vê-se, pois, que, lançada à rua pela porta da frente, a velha representação do Serviço Social como ‘profissão da prática’ invade a nossa casa pelas janelas do fundo.”

O autor faz referência à reatualização do pragmatismo do Serviço Social, com profissionais buscando métodos conservadores no campo das Ciências Sociais, inclusive nas Ciências pautadas no pensamento pós-moderno.

Relativo ao crescimento do conservadorismo, Netto (2009) indica que se almeja desenvolver uma ideia de reatualização do conservadorismo no âmbito do “fazer profissional”, relacionada e determinada pelo avanço de traços conservadores durante a formação profissional, que incorpora o pensamento pós-moderno nos currículos, indiferente às Diretrizes Curriculares. Revitalizam-se assim alguns traços conservadores, como o renascimento do metodologismo com base no tecnicismo e legalismo positivista —como quesito indispensável tanto na formação quanto na pesquisa—, na crítica da grande política, como elementos fundamentais para o pensamento crítico. Fortalece-se a ideia de que uma boa técnica, ou um arsenal delas, pode substituir a análise crítica e a ação política coletiva na transformação do

real. Diante das afirmações, elaboram, segundo Netto (2009), produções e concepções teórico-metodológicas orientadas por abordagens conservadoras, prescritivas e descritivas, realçando o empirismo e rebaixando o pensamento crítico e a intervenção comprometida, com a mudança do todo

5 Considerações finais

Procurou-se neste artigo abordar o conservadorismo e suas vertentes no Brasil; se apresentaram os pensadores que influenciaram a atual conjuntura brasileira e as suas principais ideias, para a contextualização e entendimento do conservadorismo no Serviço Social.

Na historicidade do Serviço Social, buscou-se apontar as principais diferenças entre os códigos de ética da profissão e, em conjunto, analisar os momentos históricos do Brasil. A indagação que orienta este artigo é: O Serviço Social na contemporaneidade conseguiu romper com as premissas conservadoras da profissão?

Dessa forma, após pesquisas e análises realizadas, estudando a conjuntura e o desenvolvimento do Serviço Social no país, evidencia-se que a visão conservadora esteve presente tanto na formação quanto nos diferentes Códigos de Ética do Serviço Social, os quais norteiam o exercício da profissão. Esses princípios e valores são reproduzidos por assistentes sociais com visão conservadora e funcionalista, ainda na contemporaneidade, fazendo com que o método crítico não seja assumido como homogêneo na prática profissional.

A construção desse artigo foi elaborada com o auxílio de todas disciplinas do quadrimestre de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, as quais fizeram com que refletíssemos em sala de aula e colocássemos na escrita o que nos foi ensinado. Assim, pudemos construir uma linha histórica, que facilitou o entendimento do surgimento do Serviço Social e de seus resquícios conservadores.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que teve como fonte livros e artigos científicos.

Referências

BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. ed. 6. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <https://sstransformandorealidades.files.wordpress.com/2014/09/codigo-de-etica-comentado.pdf>. Acesso em: 15 nov 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 124, p. 637-651. out./dez. 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf>.
<https://doi.org/10.1590/0101-6628.043> . Acesso em: 12 nov. 2019.

COLETTA, Ricardo Della. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. **El País. Brasil**, Brasília, 02 dez. 2018.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html.
Acesso em: 02 out 2019.

DANTAS, Edna. Enéas volta com proposta de intervenção na economia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jun. 1994. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/11/brasil/30.html>. Acesso em: 09 nov. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistências sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

FRANÇA, Reginaldo Pereira. Teoria social de Marx, projeto ético-político e o serviço social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades. Porto Alegre, **Textos e Contextos**, n. 12, v.1, p. 152- 161, jan/jun. 2013.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527373012>. Acesso em: 05 nov 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64. ed. 17. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 667-700.

Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

PONDÉ, Luiz Felipe. A oligarquia da esquerda. O jargão "por uma sociedade mais justa" pode ser falado pelo pior dos canalhas. **Folha de São Paulo Ilustrada**, São Paulo, 30 ago. 2010.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3008201017.htm>. Acesso em: 20 out 2019.

PRONA. **Dr. Carlos Enéias**. 2015. Disponível em: <http://prona.org.br/o-partido/dr-eneas/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SILVA, Jackeline Araujo. O código de ética do/a assistente social e o projeto ético-político: uma trajetória histórica de mudanças. SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1, 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 27 a 29 out. 2015. ISBN: 978-85-65044-13-4

Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo_2_97_3%20correto.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 out 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo. n. 126. p. 360-377. mai/ago, 2016.
Disponível em: https://docgo.net/view-doc.html?utm_source=edmund-burke-e-a-genese-conservadorismo. Acesso em: 18 nov. 2019.